



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRAIA GRANDE
FORO DE PRAIA GRANDE
3ª VARA CÍVEL

Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, ., Vila Mirim - CEP 11705-090,
 Fone: (13) 3471-1200, Praia Grande-SP - E-mail: praiagde3cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO-OFÍCIO

Processo Digital nº: **1005017-29.2020.8.26.0477**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Cancelamento de voo**
 Requerente: **_e outros**
 Requerido: **_**

Juiz(a) de Direito: **Vítor Gambassi Pereira**

Vistos.

1. Trata-se de demanda cominatória e indenizatória ajuizada por _ e _ em face de _ (fls. 01/21).

Sustentam, em síntese, que se encontram na cidade de Sidney, Austrália, tendo adquirido, no dia 1º.4.2020, três passagens aéreas com destino ao Brasil, reservadas para o dia 3 de maio de 2020. No dia 22.4.2020, receberam email da ré comunicando o cancelamento das passagens e a remarcação do voo para o dia 2.6.2020. Asseveram que se encontram desempregados e não têm condições de se manter financeiramente em país estrangeiro até a data marcada para o retorno. Pedem, liminarmente, seja a ré obrigada a transportá-los no primeiro voo disponível, seu ou de terceira, até o Brasil, indicando alguns voos, e, no mérito, a confirmação da liminar e a condenação da ré no pagamento de R\$ 10.000,00 a cada um dos autores, pelos danos morais sofridos

Documentos a fls. 22/73.

É o relatório.

DECIDO.

2. DEFIRO a gratuidade. Anote-se.

3. Segundo a nova sistemática processual a **tutela provisória** pode fundamentar-se em **urgência** ou **evidência**; a **tutela provisória de urgência** pode ser de natureza **cautelar** ou **satisfativa**, a qual pode ser concedida em caráter **antecedente** ou **incidental** (CPC, artigo 294).

O regime geral das tutelas de urgência está preconizado no art. 300, do CPC, que **unificou** os pressupostos fundamentais para a sua concessão: “A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**” (grifos adicionais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRAIA GRANDE
FORO DE PRAIA GRANDE
3ª VARA CÍVEL

Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, ., Vila Mirim - CEP 11705-090,
 Fone: (13) 3471-1200, Praia Grande-SP - E-mail: praiagde3cv@tjst.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cândido Rangel Dinamarco obtempera que a probabilidade do direito:

“É a aparência de que o demandante tem o direito alegado, suficiente para legitimar a concessão de medidas jurisdicionais aceleradas que de natureza cautelar, que antecipatória. Resolve-se em mera probabilidade, que é menos que a certeza subjetiva necessária para decidir o mérito, porém mais que a mera verossimilhança. O art. 273, caput, do Código de Processo Civil dá a impressão de exigir mais que essa probabilidade, ao condicionar as antecipações tutelares à existência de uma prova inequívoca mas pacificamente a doutrina e todos os tribunais se satisfazem com a probabilidade. Consiste esta na preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes. Essa é menos que a certeza, porque, lá, os motivos divergentes não ficaram afastados, mas apenas suplantados; e mais que a mera verossimilhança, que se caracteriza pelo equilíbrio entre os motivos convergentes e motivos divergentes. Na prática, o juiz deve raciocinar mais ou menos assim: se eu fosse julgar agora, minha vontade seria julgar procedente a demanda” (*Vocabulário do processo civil*, Malheiros, pp. 338-339).

O perigo de dano, segundo também Cândido Rangel Dinamarco:

“Consiste na iminência de um mal ou prejuízo, causado ou favorecido pelo correr do tempo (o tempo-inimigo, de que falava Carnelutti), a ser evitado mediante as providências que o juiz determinará. Embora seja inevitável alguma dose de subjetivismo judicial na apreciação do periculum, sugere-se que o juiz leve em conta o chamado juízo do mal maior, em busca de um legítimo equilíbrio entre as partes indagando, em cada caso, se o autor sofreria mais se nada fosse feito para conter os males do tempo, ou se sofreria mais o réu em virtude da medida que o autor postula.” (*idem*, pp. 381-382).

Em um juízo de **cognição sumária (superficial)**, verifico a existência de elementos de prova que convergem ao reconhecimento da veracidade dos fatos pertinentes e evidenciam a **probabilidade do direito material** e o **perigo de dano**.

Os documentos juntados confirmam que houve cancelamento do voo LA800, partindo de Sidney com destino a Guarulhos (fls. 39/41); os mesmos documentos informam que as opções de escolha abertas aos autores foram as de “Reprogramar, no nosso site, a data do seu voo, sem qualquer custo, para o mesmo destino e viajando na mesma cabine; Alterar o destino da sua viagem, sem multas, pagando apenas a diferença de preços, quando houver”.

Embora os autores não tenham juntado todas as mensagens trocadas com a ré



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRAIA GRANDE
FORO DE PRAIA GRANDE
3ª VARA CÍVEL

Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, ., Vila Mirim - CEP 11705-090,
 Fone: (13) 3471-1200, Praia Grande-SP - E-mail: praiagde3cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

verifica-se que o email de fls. 60, por exemplo, é um de outros que não vieram aos autos, o documento de fls. 42 leva a entender que os autores optaram pela reprogramação da data do voo, no caso para a única data disponível, 2 de junho de 2020, ou seja, um mês depois da data original.

A informação a respeito do cancelamento do voo, aliás, se deu em 22 de abril de 2020, dez dias antes da viagem programada (fls. 30/38 e 39/41). Inexiste informação específica sobre o motivo do cancelamento do voo, porém não se pode fechar os olhos para a massiva disseminação de informações e o conhecimento geral de que a pandemia de COVID-19 tem acarretado fechamento de fronteiras em diversos países.

De qualquer forma, conforme art. 12, da Resolução ANAC n. 400/2016, “As alterações realizadas de forma programada pelo transportador, em especial quanto ao horário e itinerário originalmente contratados, deverão ser informadas aos passageiros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas”. Conforme parágrafo 1º, “O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação e reembolso integral, devendo a escolha ser do passageiro, nos casos de: I - informação da alteração ser prestada em prazo inferior ao do caput deste artigo; e II - alteração do horário de partida ou de chegada ser superior a 30 (trinta) minutos nos voos domésticos e a 1 (uma) hora nos voos internacionais em relação ao horário originalmente contratado, se o passageiro não concordar com o horário após a alteração”.

Quer dizer, há opção de reacomodação e reembolso, a critério da companhia aérea; somente será opção do passageiro a escolha em caso de informação prestada em prazo inferior a 72 horas o que não é o caso ou se a alteração for superior a uma hora em voos internacionais e o passageiro não concordar com a alteração.

Em casos de cancelamento sem culpa da companhia aérea, “o transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço”, sendo que as “alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado” (art. 21, *caput* e parágrafo único, da Resolução mencionada).

Em qualquer caso, deve ser oferecida assistência material aos passageiros (art. 26), a qual, no caso, deveria prever “serviço de hospedagem, em caso de pernoite, e traslado de ida e volta” (art. 27, III), por se tratar de tempo de espera superior a 4 horas.

Para o caso de reacomodação, assim dispõe a Resolução:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRAIA GRANDE
FORO DE PRAIA GRANDE
3ª VARA CÍVEL

Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, ., Vila Mirim - CEP 11705-090,
 Fone: (13) 3471-1200, Praia Grande-SP - E-mail: praiagde3cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 28. A reacomodação será gratuita, não se sobreporá aos contratos de transporte já firmados e terá precedência em relação à celebração de novos contratos de transporte, devendo ser feita, à escolha do passageiro, nos seguintes termos:

I - em voo próprio ou de terceiro para o mesmo destino, na primeira oportunidade; ou II - em voo próprio do transportador a ser realizado em data e horário de conveniência do passageiro.

Pelo que consta dos autos, a ré informou aos autores sobre o cancelamento do voo em prazo razoável (mais de 72 horas); os autores, ao que tudo indica, optaram pela reacomodação em voo próprio na primeira oportunidade (é o que se depreende dos documentos de fls. 42 e 58/59). A princípio, portanto, fizeram a opção que lhes facultava a Resolução ANAC n. 400/16.

Acontece que, a despeito da regulamentação específica, tais disposições não podem se sobrepor à legislação consumerista, não só pelo critério da hierarquia legal, mas pela especialidade.

É nítido que as informações disponibilizadas aos autores a respeito do cancelamento não foram abrangentes o suficiente para lhes informarem que possuíam a possibilidade de serem reacomodados em voo de outra companhia aérea; aliás, tanto em casos de cancelamento do voo por manifestação de vontade do transportador quanto de outros tipos de cancelamento, a escolha é do consumidor: naquele caso, pois se trata de alteração de data que supera uma hora do voo original, no segundo caso, pois a própria Resolução assim dispõe.

Não bastasse, pelo que consta dos autos, não foi oferecida a assistência material que caberia aos autores, afinal permaneceriam no local por mais de um mês, aparentemente sem moradia, de modo que competiria à ré proporcionar-lhes o pagamento da estadia.

Dessa forma, não se pode reputar justificada a recusa da ré em acomodar os autores em voo de outra companhia aérea, o que estabelece a probabilidade do direito.

O perigo de dano é nítido e decorre da própria narrativa inicial, permanecendo os autores em país estrangeiro, sem moradia ou emprego, no meio de pandemia que fechou comércios e escolas, de modo que, ao menos pelo que dos autos consta, os autores não possuem meio de subsistência no local.

4. Pelo exposto, **DEFIRO** a tutela de urgência, para determinar à ré que, no prazo improrrogável de 48 horas, cumpra o quanto determinado no art. 28, I, da Resolução ANAC n. 400/16, reacomodando os autores no próximo voo com destino ao aeroporto de Guarulhos - SP, se o caso em outra companhia aérea, voo este que deve decolar de Sidney até o dia 6 de maio de 2020. A extrapolação do prazo acarretará multa no valor de R\$ 50.000,00, que poderá ser majorada a depender das circunstâncias e da recalcitrância.

A presente decisão terá força de ofício, a ser encaminhado diretamente pela parte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRAIA GRANDE
FORO DE PRAIA GRANDE
3ª VARA CÍVEL

Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, ., Vila Mirim - CEP 11705-090,
 Fone: (13) 3471-1200, Praia Grande-SP - E-mail: praiagde3cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autora à ré, comprovando nos autos seu protocolamento.

Atente-se a parte ré que, nos termos do art. 77, IV, e §2º, do CPC, as partes têm o dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação, sob pena da configuração de ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

5. Aos autores: regularizem a representação no momento que retornarem ao Brasil.

Além disso, juntem aos autos todas as trocas de e-mails entre todos eles e a ré. 6. Nos termos do artigo 335, do CPC, cite-se a parte ré para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir, constando do mandado que não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelos embargantes presumir-se-ão aceitos como ocorridos.

7. Deixo de designar a audiência de conciliação a que aludem os artigos 303, §1º, II, e 334 do Código de Processual Civil, por não vislumbrar na espécie a possibilidade de composição consensual.

Intime-se.

Praia Grande, 30 de abril de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**